



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpeção Oral

Solicitação do cumprimento da promessa de melhoria, o mais rápido possível, das políticas relativas à contratação de empregadas domésticas

No ano passado, o Ministério do Comércio da República Popular da China autorizou a exportação de empregadas domésticas para Macau. No início deste ano, aceitou-se o respectivo requerimento para dar resposta às exigências dos nossos residentes. Segundo os dados disponíveis do Gabinete para os Recursos Humanos, até ao fim de Setembro, trabalhavam 103 destas empregadas domésticas em Macau, e este gabinete procedeu também a inquéritos junto dos empregadores, tendo indicado que 73% estavam satisfeitos ou muito satisfeitos com os serviços prestados pelas suas empregadas domésticas, o que demonstra que a sua importação do Interior da China é viável. Relativamente às empregadas domésticas do exterior de Macau, cujo número actual é de 20 850, a percentagem das que vieram do Interior da China ainda é baixa, o que dificilmente resolve os problemas actualmente existentes, principalmente a sua procura e satisfação das exigências da população.

Existem muitas questões relativas às empregadas domésticas estrangeiras, por exemplo: muitas não correspondem ao tipo de pessoa que os empregadores pretendiam contratar ou não têm competências suficientes para a prestação dos serviços, etc. Mas, como a oferta é pequena, os



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

empregadores são obrigados a tolerá-las, senão, faltaria pessoal para tomar conta da casa. Segundo os residentes, as questões relativas às empregadas domésticas devem-se à desadequação das leis vigentes em relação à realidade concreta. Perante esta crítica, as autoridades procederam à revisão da Lei da Contratação de Trabalhadores Não Residentes, alterando apenas as disposições respeitantes ao “período de impedimento”. No ano passado, o Governo prometeu que ia acabar com a irregularidade de os visitantes poderem permanecer em Macau e até pedir autorização para aqui trabalhar, mas ficou apenas a ponderar sobre a revisão do regime de licenciamento das agências de emprego e a alteração das normas da Lei da Contratação de Trabalhadores Não Residentes desfavoráveis aos patrões. Tudo isto demonstra a lentidão da resolução dos problemas das empregadas domésticas pelo Governo, e os residentes só podem ficar à espera. Assim, não é possível dar resposta às exigências da população.

Face ao exposto, interpelo sobre o seguinte:

1. Numa reunião plenária de interpelação oral do ano passado, na resposta a uma questão minha sobre a permanência de turistas em Macau para trabalhar, o Secretário Francis Tam afirmou: “já é altura de o Governo assumir concretamente as devidas responsabilidades, comprometendo-se que vai, em conjunto com diversas áreas e respectivos serviços públicos, encontrar regimes jurídicos para colmatar lacunas”. O Secretário manifestou ainda que “a resolução do problema carece de uma ponderação



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

geral e da apreciação da lei laboral, lei de imigração, etc., esperando ainda regulamentar melhor a matéria em conformidade com a realidade social". No entanto, passou-se já quase um ano e o Governo não divulgou nada sobre o assunto, para além de continuar a deixar o problema por resolver. Assim sendo, tendo em conta a questão sobre a permanência de turistas em Macau para trabalhar, qual é o ponto de situação do trabalho desenvolvido pelo Governo, em conjunto com diversas áreas e respectivos serviços públicos, para encontrar regimes jurídicos que colmatem as lacunas?

- _____
2. Actualmente, o Governo autorizou pedidos de 266 famílias para contratação de empregadas domésticas do Interior da China, no entanto, só estão a trabalhar em Macau 103. Sabe-se que houve 27 desistências de contratação de empregadas domésticas do Interior da China. Isto quer dizer, então, que cerca de metade das famílias que obtiveram autorização não tem ainda empregada doméstica. Face ao exposto, para além da aplicação de inquéritos às famílias que já contrataram empregadas domésticas do Interior da China, que outras medidas vai o Governo adoptar para que a respectiva política de importação consiga surtir melhor os seus efeitos?
3. Segundo os dados do Gabinete para os Recursos Humanos, as empregadas domésticas do Interior da China conseguiram obter o reconhecimento dos empregadores, facto que vai contribuir para o melhoramento da qualidade dos serviços aos residentes. No entanto, se se
- _____



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

depende apenas dos serviços prestados por aquelas, dificilmente se vai conseguir resolver os actuais problemas do mercado de empregadas domésticas. Para isso, há que rever necessariamente o “Regime do licenciamento das agências de emprego” e a “Lei da Contratação de Trabalhadores Não Residentes”, equilibrar realmente os direitos e interesses de empregadores, trabalhadores e agências de emprego, e alterar a actual situação de proteger tendencialmente os direitos e interesses dos trabalhadores. Mas o “Regime do licenciamento das agências de emprego”, que devia ser entregue ainda neste ano para discussão no seio do Conselho Permanente de Concertação Social, até agora não foi feito; e o Governo ainda não divulgou concretamente o respectivo plano de revisão da “Lei da Contratação de Trabalhadores Não Residentes”. Assim sendo, gostaria de saber: o Governo vai mesmo, com determinação, efectuar a revisão daquele Regime e daquela Lei? Se sim, então, qual é o ponto de situação desses trabalhos?

30 de Outubro de 2014.

A Deputada à Assembleia Legislativa
da Região Administrativa Especial de Macau,
Wong Kit Cheng